

O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E OS IMPACTOS NA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ ENTRE 2017 E 2024

EL EMPRENDIMIENTO DE LA EDUCACIÓN BRASILEÑA Y SU IMPACTO EN LA ORGANIZACIÓN DEL SISTEMA EDUCATIVO MUNICIPAL DEL MUNICIPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ ENTRE 2017 Y 2024

Charles Gonçalves Ferreira

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

charlesgf@id.uff.br | orcid.org/0009-0002-0082-6235

Jacqueline da Silva Deolindo

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil

jacqueline.deolindo@id.uff.br | https://orcid.org/0000-0003-3796-608X

Resumo

O Artigo tem como objetivo analisar a organização do sistema educacional no município de Campos dos Goytacazes – RJ entre os anos de 2017 e 2024, assim como sua relação com o processo de empresariamento da educação brasileira. Para este fim, a abordagem metodológica contou com técnicas de revisão de literatura, análise documental e análise do discurso, possibilitando com isso a confrontação da hipótese acerca do avanço da lógica empresarial na educação municipal com os documentos, textos e discursos selecionados, reverberando na conclusão de que há na organização do sistema educacional do município políticas educacionais e discursos proferidos alinhados a lógica empresarial, que se materializam em questões como defasagem na aprendizagem, desigualdade na remuneração dos profissionais da educação e do magistério, além da influência de grupos empresariais na organização curricular, reforçando com isso o processo de exclusão dos mais pobres no acesso a educação pública de qualidade e por fim, ressaltamos a necessidade de uma postura crítica dos educandos e educadores na construção de uma escola plural, cultural e que dialogue com a sociedade em seu entorno.

Palavras-chave: Campos dos Goytacazes; Desigualdade; Educação; Empresariamento; Neoliberalismo.

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



Abstract

The article aims to analyze the organization of the educational system in the municipality of Campos dos Goytacazes - RJ between 2017 and 2024, as well as its relationship with the process of entrepreneurship of Brazilian education. To this end, the methodological approach included techniques of literature review, document analysis and discourse analysis, thus enabling the confrontation of the hypothesis about the advancement of entrepreneurial logic in municipal education with the selected documents, texts and speeches, reverberating in the conclusion that there are educational policies and speeches in the organization of the educational system of the municipality aligned with the entrepreneurial logic, which materialize in issues such as learning gap, inequality in the remuneration of professionals and the influence of business groups in the curriculum organization, reinforcing the process of exclusion of the poorest from access to quality education. Finally, we emphasize the need for a critical stance by students and educators in the construction of a plural, cultural school that dialogues with the reality closest to its audience.

Keywords: Campos dos Goytacazes; Inequality; Education; Entrepreneurship; Neroliberalism.

Resumen

El artículo busca analizar la organización del sistema educativo en el municipio de Campos dos Goytacazes, RJ, entre 2017 y 2024, así como su relación con el proceso de emprendimiento en la educación brasileña. Para ello, el enfoque metodológico incluyó técnicas de revisión bibliográfica, análisis documental y análisis del discurso, lo que permitió confrontar la hipótesis sobre el avance de la lógica emprendedora en la educación municipal con los documentos, textos y discursos seleccionados. Concluyendo que existen políticas y discursos educativos en la organización del sistema educativo del municipio alineados con la lógica emprendedora, que se materializan en cuestiones como la brecha de aprendizaje, la desigualdad en la remuneración de los profesionales y la influencia de los grupos empresariales en la organización curricular, lo que refuerza el proceso de exclusión de los más pobres del acceso a una educación de calidad. Finalmente, enfatizamos la necesidad de una postura crítica por parte de estudiantes y educadores en la construcción de una escuela plural y cultural que dialogue con la realidad más cercana a su público.

Palabras clave: Campos dos Goytacazes; Desiguald; Educación; Emprendimiento;

Introdução

O presente artigo é resultado da dissertação de mestrado intitulada “A lógica empresarial na educação: o caso do IBED no município de Campos dos Goytacazes entre os anos de 2017 e 2024”, apresentada no âmbito do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nesta discussão, iniciamos pela compressão de que a partir dos anos 1990 um conjunto de Estados latino-americanos passaram a se reorganizar sob a lógica do neoliberalismo, no caso brasileiro este processo foi envolto por privatizações, desregulamentação de setores estratégicos, política de ajustes

fiscais e redução dos investimentos públicos, esta reorganização também impactou o sistema educacional, uma vez que o currículo, a estrutura de financiamento e os objetivos da educação pública brasileira passaram a ser reorganizados sob esta lógica a fim de adequar a escola pública brasileira as novas tendencias do mundo trabalho.

Neste contexto, diversas legislações como os Parâmetros Curriculares Nacionais, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação e mais recentemente a Base Nacional Comum Curricular e o Novo Ensino Médio aprovado em 2017, tiverem pontos alterados para adequar o sistema educacional a esta lógica com a inserção no currículo de temas ligados ao empreendedorismo, as competências socioemocionais, a busca pelo alcance das metas para os índices em testes padronizados aplicados em larga escala.

Sendo assim, neste artigo, o objetivo central é analisar qual o impacto destas reorganizações sobre os sistemas de educação dos entes municipais, tendo como enfoque analítico o território que compreende os limites políticos administrativos do município de Campos dos Goytacazes – RJ, dando ênfase na organização do sistema educacional a partir da análise das legislações, documentos, currículos, discursos, da literatura sobre a lógica empresarial na educação e sobre a organização do sistema municipal de ensino, entre 2017 e 2024.

Para este fim, os procedimentos metodológicos partem da abordagem da análise do discurso a partir da perspectiva de Orlandi (2020), assim como da análise documental e de uma revisão sistemática de literatura a fim de elucidar o cenário das discussões travadas sobre a temática do empresariamento da educação e da realidade do município de Campos dos Goytacazes, tendo como hipótese central a ideia de que a organização do sistema municipal de ensino do referido município tem sido influenciada pela lógica empresarial da educação.

Sendo assim, o presente artigo se justifica pelo fato dos autores serem docentes, preocupados com a temática e que vivenciam no cotidiano os percalços desta lógica, soma-se a isso a necessidade de avaliação da eficácia

das políticas educacionais, a fim de contribuir para o aprimoramento delas e também para somar as discussões entre os pares acerca do tema do empresariamento da educação e dos problemas que perpassam a rede municipal de ensino de Campos dos Goytacazes – RJ.

1. - A reorganização produtiva do sistema capitalista e o projeto de “captura” da subjetividade

De acordo com Coutinho (1999) a perspectiva gramsciana compreende o Estado moderno enquanto portador de um caráter de classe, coexistindo no interior de suas instituições a busca pelo domínio ou a hegemonia de uma classe social sobre a outra, materializada através das múltiplas disputas acerca dos projetos de sociedade a serem conduzidos pelos estados nacionais.

Partindo deste ponto vista, existiriam duas esferas principais componentes da superestrutura do Estado, uma delas seria a sociedade política, formada pelos mecanismos dos quais a classe dominante exerce a hegemonia através da coerção e a outra a “sociedade civil, formada precisamente pelas organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias compreendendo o sistema escolar, as igrejas os partidos políticos[...]” (Coutinho, 1999, p. 76)

Esta compreensão se faz necessária dado que a escola, objeto de estudo do presente do trabalho, não é uma instituição à margem da sociedade, longe das determinações do modo de produção vigente e dos seus conflitos de classe, pelo contrário, está situada dentro do que denominaremos por Aparelhos Ideológicos de Estado a e atravessada pelas ideologias das classes sociais presentes na sociedade.

A respeito desta questão, Gramsci dialoga com o papel do Estado em sua tarefa formativa e educativa a fim de adequar o corpo social a uma moralidade e com isso atender as necessidades contínuas do “aparelho econômico de produção”, vejamos,

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de conivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer

certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. [...] (Gramsci, 1989, p. 25)

Neste sentido, para Poulantzas (1999) o Estado capitalista seria uma instituição fundamental na reprodução das relações de produção e de classe, não sendo, deste modo, uma entidade neutra, mas permeado pelas contradições da sociedade na qual se analisa.

Ao precisar algumas de minhas formulações anteriores, diria que o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como aliás é o caso do “capital”, como uma relação mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado. (Poulantzas, 1999, p.147)

Já no que diz respeito aos Aparelhos Ideológicos de Estado, para Poulantzas (1999) os principais seriam os aparelhos religiosos, o aparelho escolar, o aparelho oficial de informação (rádio, televisão) e o aparelho cultural, sendo assim, para ele o índice de ideologização das práticas materiais do Estado é flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classe as quais se dirigem os Estados e sob as quais agem.

Além disso, ao considerarmos que o conjunto das ideologias dominantes no seio das instituições do Estado são difundidas a partir dos Aparelhos Ideológicos de Estado, consideramos que estes por sua vez têm em si a influência de parcela da camada ou das camadas dos intelectuais que criam condições para reprodução das relações de produção e de classe e de acordo com Gramsci (2000),

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. (Gramsci, 2000, p. 15)

Neste sentido, é possível identificar instituições e intelectuais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, que atuam lançando

diretrizes, discursos e cartilhas a serem seguidas por todo o globo, seja em relação a organização da economia, seja em relação a outras instituições componentes do Estado e da vida cotidiana como as escolas, que ao longo das últimas décadas foram inundadas pelas orientações feitas por grupos empresariais e agências internacionais para a organização dos sistemas educacionais.

Neste sentido, diversos países como o Brasil aderiram a partir da década de 1990 a políticas neoliberais por meio da orientação destas instituições e podemos citar como exemplo, políticas como as medidas de ajuste fiscal, pacotes de privatização, abertura do sistema educacional para o setor privado e mais recentemente medidas como as reformas da previdência e do ensino médio, conforme aponta Miguel (2019).

De acordo com a perspectiva de Alves (2008), o processo de reorganização produtiva do capitalismo sob o neoliberalismo se configura enquanto uma recomposição das condições máximas de exploração da força de trabalho, tendo por base “uma nova materialidade do capital na produção, um novo espaço-tempo para a exploração da força de trabalho adequada à nova fase do capitalismo global sob o regime de acumulação financeirizado.” (Alves, 2008, p. 6)

Neste contexto, o estado neoliberal se organiza regulado pelos interesses das grandes corporações, com as mesmas tendo forte influência na redação das leis, nas destinações dos recursos públicos e até mesmo na implementação das estruturas regulatórias, sendo assim, Harvey (2005) comprehende que este cenário leva ao empobrecimento dos trabalhadores e das formas de solidariedade social, que devem ser desestimuladas a fim de garantir a competição enquanto uma virtude.

Além do mais, na perspectiva de Laval e Dardot (2009) o projeto neoliberal comprehende cada indivíduo um “homem-empresa”, deslocando o equilíbrio geral do mercado centrado na concorrência entre Estados e ou empresas para o indivíduo que passa a ser um potencial empresário,

enfraquecendo, deste modo, o Estado enquanto agente regulador da sociedade, lugar que agora passa a ser predominante do mercado.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito da qual necessita orientando os meios para governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição, e que, por isso, deve maximizar os seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo a responsabilidade em eventuais fracassos. (Laval; Dardot, 2009, p. 328)

Em resposta a estas transformações os sujeitos devem estar constantemente abertos a aprender a aprender, se adaptar e conseguir responder com agilidade as novas oportunidades criadas pelo mercado, em um processo de constante conformação e transformação interior para adequar-se ao discurso hegemônico e relacionar-se em sociedade enquanto um indivíduo-empresa.

Em vista disso, a lógica empresarial, de acordo com esta concepção, deve-se estender a todas as esferas do tecido social, seja no ambiente escolar e familiar, primeiros espaços da educação, seja no ambiente de trabalho ou nas instituições de ensino, estabelecendo com isso uma nova ética a ser seguida e reforçada pelos indivíduos, ademais

O grande princípio dessa nova ética do trabalho é a ideia de que a conjunção entre as aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, entre projeto pessoal e o projeto da empresa, somente é possível se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. (Laval; Dardot, 2009, p. 334)

Deste modo, à subjetividade é alcançada através de técnicas como as “asceses de desempenho” e envolvem coachings, programação neurolinguística e muitos outros procedimentos que buscam adaptar os indivíduos às múltiplas situações enfrentadas em suas relações de trabalho, todos com o objetivo de fortalecer uma certa adaptabilidade.

Alves (2008) e Harvey (2005) compreendem este processo de reorganização produtiva por “acumulação flexível”, para eles existe em curso um projeto de “captura” da subjetividade a fim de estabelecer um “novo nexo psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e

empregados em conformidade com a racionalização da produção.” (Alves, 2008, p. 122)

Dentro deste contexto “[...] a empresa toyotista busca hoje mobilizar conhecimento, capacidades, atitudes e valores necessários para que os trabalhadores possam intervir na produção, não apenas produzindo, mas agregando valor. (Alves, 2008, p. 123). Assim a disseminação deste novo “espírito” ocorre através de instâncias sócio-reprodutivas que ao lado das inovações técnico-organizacionais desenvolvem ou cultivam o que ele chama de “valores- fetiches” e utopias de mercado difundidas pelo aparato sócio-midiático e sócio-reprodutivo do capital.

Por outro lado, esta nova subjetividade amplifica os valores individuais de classe, reduzindo com isso o valor do trabalho, uma vez que “No novo ambiente social da “década neoliberal” proliferaram valores, expectativas e utopias de mercado, impregnados de individualismo liberal que aparece como novo pragmatismo.” (Alves, 2008, p. 138). Deste modo, a análise do autor leva a crer que todo este processo de “captura da subjetividade” tem como finalidade aumentar o processo de captura da mais-valia, formando trabalhadores altamente explorados, enfraquecendo as condições de vida dos mesmos e maximizando os lucros dos grandes conglomerados financeiros.

Sendo assim, considerando que a “longa marcha do neoliberalismo” tem resultado em transformações na organização das instituições da sociedade brasileira e nos Aparelhos Ideológicos de Estado, trataremos abaixo da relação entre neoliberalismo e sistema escolar e os impactos decorrentes destas mudanças que indicam um processo de empresariamento da educação.

O empresariamento da educação brasileira: a construção da escola-empresa

De acordo com a perspectiva de Laval (2017), a difusão dos ideais neoliberais dentro do sistema educacional se constituiu a partir da ação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como um projeto a ser seguidos por todos os países signatário dos mesmos.

As organizações internacionais (Organização Mundial do Comércio – OMC, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa construção, transformando “constatações”, “avaliações” e “comparações” em oportunidades para produzir um discurso global que tira sua força justamente de sua dimensão planetária. (Laval, 2017, p. 21)

Torres (1995) também credita as instituições acima pela difusão da nova lógica educacional, questionando o fato de as novas diretrizes serem formuladas por economistas, reforçando com isso o papel que o sistema educacional cumpre enquanto Aparelho Ideológico de Estado na difusão dos valores das frações de classe hegemônicas no comando das instituições do Estado a fim de defender os seus interesses econômicos.

Laval (2017) ressalta que a escola atual é a atualização de uma tendência que vem desde os primórdios do capitalismo e com o neoliberalismo ganha uma nova roupagem, o que por sinal não ocorre de uma hora para outra, mas vem sendo gestada para construir uma escola que esteja adequada ao espírito do capitalismo, neste sentido, as escolas devem se portar enquanto as empresas, com um funcionamento calcado no modelo das companhias privadas e com a obrigação de alcançar o máximo de desempenho e o rendimento do ensino passa a ser garantido pelas novas tecnologias e só assim o ensino estaria adequado à “modernidade”.

Para Frigotto (1995) o processo de crise do capital nos anos 1980 e a reorganização produtiva conduziram a uma “metamorfose” conceitual no campo da educação, operando assim a partir de “ideologias não orgânicas”, que ocultam a realidade.

A metamorfose social que se opera hoje, no campo educacional aparentemente distante do chão da escola, é, na realidade, orientadora de políticas ao nível gerencial, organizativo e nos processos de conhecimentos. Por serem expressões superestruturais de relações cuja base é marcada pela exclusão, contraditoriamente, estas mudanças conceituais funcionam como uma leitura invertida da realidade (Frigotto, 1995, p. 78)

De acordo com Frigotto (1995), com as crises no plano teórico e filosófico, prevalecem a crença do neoliberalismo e de uma educação sob regulação

unidimensional do mercado, resultando na construção uma filosofia utilitarista, imediatista e fragmentadora do conhecimento, ele aponta dois conceitos chave que são essenciais para difusão ideológica do neoliberalismo no campo educacional: “capital humano” e “sociedade do conhecimento”, uma vez que ambos refletem as regras da nova reorganização produtiva com valorização da subjetividade para lidar com as novas tecnologias da informação e criar adaptabilidade às mudanças constantes oriundas do processo acumulação flexível, sendo assim

O capital humano é função de saúde, conhecimento e atitudes, comportamentos, hábitos, disciplinas, ou seja, é expressão de um conjunto de elementos adquiridos, produzidos e que, uma vez adquiridos, geram a ampliação da capacidade de trabalho e, portanto, de maior produtividade. (Frigotto, 1995, p. 92)

Em vista disso, Dale (1995) aponta que o mercado vai tornar, acerca da educação, decisões que antes eram tomadas em dialogo com instituições da sociedade em decisões individuais a favor interesses empresariais, para ele “as disparidades entre escolas em termos de financiamento, recursos e oportunidades, são suscetíveis de serem bastante ampliadas sob o tipo de liberalização dos sistemas educacionais.”

Saviani (2019) também corrobora esta tese, ele denomina o conjunto de teorias direcionadas a educação, sob orientação do neoliberalismo, enquanto pedagogias da exclusão, de modo que

Trata-se de preparar os indivíduos para mediante sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, se tornarem cada vez mais empregáveis, visando a escapar da condição de excluídos. E, caso não o consigam, a pedagogia da exclusão lhes terá ensinado a introjetar a responsabilidade por essa condição. (Saviani, 2019, p. 504)

Saviani (2019) identifica dentro deste processo o que ele denomina de “neoprodutivismo” na educação brasileira, além disso situa que o lema “aprender a aprender” traz elementos ligados à pedagogia escolanovista onde o eixo do processo pedagógico se desloca do lógico para o psicológico, do professor para o aluno e o mais importante não é adquirir conhecimento, mas

aprender a aprender, com isso ele também identifica o que seria a presença do “neoescolanovismo”.

Uma das bases desta concepção do “aprender a aprender” segundo a visão de Saviani (2019) é teoria do construtivismo, que originalmente parte do princípio de que o conhecimento não está na percepção, mas está na ação e, logo, o saber é construído pela criança, neste sentido o autor identifica um processo de metamorfose destas ideias ao serem apropriadas no contexto do neoliberalismo e para ele

Outra vertente pedagógica que, segundo Saviani (2019), passa por um processo de metamorfose conceitual é a pedagogia tecnicista e dentre os seus princípios estão a racionalidade, a eficiência e a produtividade, visto que durante a década de 1970 foi através do Estado que se buscava colocar esta concepção em prática, contudo, a partir dos anos 1990 a mesma

[...] assume uma nova conotação: advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e às organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países. (Saviani, 2019, p. 514)

Com isso, diante da reforma do ensino, ocorrida entre 1995 e 2001 no Brasil, estas concepções passam a ser promovidas e orientadas para os sistemas escolares a partir das ações do ministério da educação, definindo assim o papel do Estado na educação e flexibilizando-a, tal qual ocorreu com a reorganização do sistema de produção.

Neste contexto, de acordo com as considerações de Martins e Krawczyk (2018) o Brasil se encontra em um cenário no qual o setor empresarial busca aumentar sua influência nos Aparelhos Administrativos do Estado, se posicionando enquanto um importante interlocutor na construção e formulação das políticas educacionais, dado a necessidade de controle da educação.

Dentre os movimentos empresariais citados, o movimento Todos Pela Educação merece destaque dado a sua presença na articulação das políticas educacionais, além disso,

Algumas das mais relevantes empresas que participam do TPE são o Grupo Itaú, o Gerdau, o Pão de Açúcar, Organizações Globo, além de institutos e fundações ligadas ao mundo empresarial, como o Instituto Ayrton Senna, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a Fundação Roberto Marinho, o Instituto Ethos e o Grupo Abril (Martins; Krawczyk, 2018, p. 3)

Deste modo, o movimento empresarial brasileiro não concebe a educação apenas como um patrimônio mercadológico, mas também como um patrimônio ideológico, gerando com isso novos mecanismos de controle social, uma vez que a construção da Base Nacional Comum Curricular não passou longe desses interesses e do processo de disputa por seu texto, que condensa esta multiplicidade de visões.

Isto ponto, para Cariello (2021), com as mudanças recentes na Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio, as reivindicações do movimento empresarial, não só foram atendidas, como estão em vigor, o que mostra a expressividade destas organizações na formulação e implementação das políticas educacionais, impondo com a isso a hegemonia de uma fração da classe dominante e suas ideologias ao sistema educacional brasileiro.

Sendo assim, é com essa discussão travada até aqui que buscaremos identificar quais os aspectos dessa lógica estão presentes nas ações estratégicas implementadas nos discursos direcionados ao ensino fundamental da rede municipal de educação em Campos dos Goytacazes, assim como o impacto decorrente destas transformações.

Abordagens metodológicas

Os procedimentos metodológicos do artigo partem da abordagem exploratória a fim de ampliar a dimensão da análise acerca do sistema municipal de educação de Campos dos Goytacazes-RJ e da problemática do empresariamento da educação pública brasileira.

De acordo com Gil (2002) este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com a problemática abordada, possibilitando a ampliação do escopo de análise, uma vez que “Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.” (Gil, 2002, p. 41).

Por esta razão, foi realizado o levantamento documental em sites como: Diário Oficial, Portal da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia, Portal da Transparência e para fins da análise do discurso, foram selecionadas notícias dos principais jornais de circulação municipal e estadual, assim como em postagens e vídeos nas redes sociais.

A análise do discurso, é aqui pensada enquanto uma abordagem que tem como ponto de interesse a ideologia evidenciada nos discursos produzidos pelos gestores públicos municipais e nos documentos oficiais selecionados e produzidos no período da pesquisa, levando em conta a formação discursiva que orienta a gestão da educação em Campos dos Goytacazes, compreendendo a memória discursiva com a qual os mesmos se relacionam e os silêncios e apagamentos que os constituem e sustentam e de acordo com Orlandi (2020) “a primeira coisa a se observar é que a Análise do Discurso não trabalha a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando [...]” (Orlandi, 2020, p. 15)

A organização do sistema municipal de Campos dos Goytacazes – RJ e o empresariamento da educação

O município de Campos dos Goytacazes - RJ, está localizado na mesorregião Norte-Fluminense e segundo dados do mais recente Censo Demográfico (IBGE, 2024), possui uma população estimada em 483.551 habitantes e uma densidade demográfica de 119.91 hab/km², sendo assim detentor da maior área do Estado do Rio de Janeiro com 4032.49 km², onde predomina a topografia plana e no tempo presente grande parte das receitas arrecadadas são derivadas das atividades de produção e exploração de

petróleo, que ao longo dos últimos anos resultou em reorganizações, conflitos e impactos no território.

Diante deste contexto, para compreender a organização do sistema municipal de ensino, foram analisados os seguintes documentos: Matrizes Curriculares aprovadas em 2020 (Campos dos Goytacazes, 2020), o Decreto no 065/2021 que instituiu o Programa de Aprendizagem Eficiente (Campos dos Goytacazes, 2021), a Resolução no 31, de 10 de Outubro de 2022 (Campos dos Goytacazes, 2022), que estabeleceu o regime de aprovação automática, as resoluções que implementaram as novas matrizes curriculares a partir de 2024 (Campos dos Goytacazes, 2024), as resoluções que aprovaram fim do regime de aprovação automática, o novo sistema de avaliações e o Documento Orientador do Programa Escola em Tempo Integral (Campos dos Goytacazes, 2024).

Na Resolução SMECE no 04/2020 (Campos dos Goytacazes, 2020) foram estabelecidas as diretrizes para a implementação das Novas Matrizes Curriculares, a novidade foi a inclusão de projetos e temas transversais no currículo, contudo, estes projetos não estão definidos com clareza na resolução e podem, segundo o mesmo, ser assumidos por professores sem formação na área.

Já a partir de 2021, entrou em vigor, após o decreto 065/2021, o Programa de Aprendizagem Eficiente (PAE) com a meta global de posicionar o município entre as quarenta escolas com maior nota no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Estado do Rio de Janeiro. Este é um dos documentos que mais carregam a presença do discurso neoliberal e da lógica empresarial na educação municipal, dada à importância da palavra eficiência relacionada ao aprendizado, a mesma tem forte ligação com o vocabulário empresarial e de acordo com o dicionário significa: “capacidades de realizar tarefas ou trabalhos de modo eficaz e com o mínimo de desperdício, produtividade” (DICIO).

Além disso, o PAE indica a necessidade de formação continuada apoiada no uso das tecnologias digitais e o desenvolvimento das parcerias com agentes

públicos e privados para solucionar os problemas educacionais, o que tem sido feito por empresas como: Mind Lab, Samsung e Multilaser no fornecimento de consultorias e equipamentos tecnológicos.

As soluções apresentadas acerca da formação continuada e da parceria com agentes privados para aumentar a posição do município nos rankings educacionais dialoga com o discurso dos agentes empresariais e por outro lado, silencia outros discursos sobre a desigualdade social, acessibilidade, educação ambiental, educação de prevenção a violência contra a mulher, educação do trânsito, a exibição de filmes nacionais nas escolas tantas outras ações e propostas que são previstas no conjunto da legislação educacional.

Além do mais, os índices de proficiência, dados de fluxo escolar e distorção escolar, presentes no Plano Municipal de Educação (2015-2025), indicam a existência de uma defasagem no aprendizado no sistema municipal de educação, contudo, o que é apresentado no Programa de Aprendizagem Eficiente deixa de lado a necessidade da recuperação do aprendizado.

Já com a Resolução do Conselho Municipal de Educação (CME) de 31 de 10 de Outubro de 2023, foi aprovado o Plano Municipal de Recomposição e Recuperação das Aprendizagens enquanto um mecanismo para diminuir os prejuízos causados pela pandemia da Covid-19 no desenvolvimento dos alunos da rede pública municipal entre o biênio de 2022/2023, contudo, a defasagem na aprendizagem está presente antes mesmo da pandemia e além disso o documento instituiu a medida de aprovação automática para solucionar o problema no mesmo período em que foram coletados os dados do IDEB a serem divulgados em 2024, logo, a taxa de fluxo vai aparecer alta na composição dos índices, entretanto, sem refletir de fato a realidade.

Outro ponto que merece destaque é a possibilidade de implementação do novo exame de simulados e provas aplicados bimestralmente, agora padronizados e desenvolvidos pelo departamento pedagógico da SEDUCT, retirando das mãos dos docentes a construção das avaliações quantitativas a serem aplicadas bimestralmente, padronizando-as e deixando de fora os saberes dos educandos e dos educadores, reforçando assim, a imposição das

competências e habilidades selecionadas pela gestão municipal da educação a fim de garantir que toda a rede municipal de educação se adeque a lógica da eficiência e da busca por números satisfatórios nos testes de larga escala.

A padronização dos instrumentos avaliativos, a pressão pelo alcance das metas e o controle rígido sobre o conteúdo aplicado em sala de aula pelo corpo docente, marca no território mais uma expressão da lógica de *accountability* e da responsabilização, difundidas nacionalmente e de acordo com Fernandes e Gremaud (2020):

Quanto ao movimento de *accountability*, este também não ficou restrito ao governo federal. Diversos estados e alguns municípios, além de manterem ou desenvolverem sistemas próprios de avaliação, introduziram diferentes programas de *accountability*. Conforme destaca Brooke (2006), mesmo antes do governo federal, estados como o Ceará, já em 2001, estabeleceram uma conexão entre o seu sistema de avaliação - o SPAECE - e o Projeto Melhoria da Escola, com prêmios e recompensas em dinheiro para escolas e suas equipes que obtivessem os melhores resultados. (Fernandes; Gremaud, 2020, p 1123)

Ademais, na mesma edição do Diário Oficial foi publicado o Documento Orientador do Programa de Escola em Tempo Integral, com um funcionamento por meio de incentivos financeiros o programa contemplou oito escolas com um total de 8.559.437 \$ (Diário oficial, 2024), sem a delimitação clara dos critérios da escolha delas e com uma carga horária de apenas cinco horas, possibilitando que a implementação abarque apenas em um dia da semana, de modo parcial e voltando-se apenas para as disciplinas de Projeto Integrador, Projeto de Vida e Projeto de Computação a fim de complementar a parte diversidade do currículo, reforçando com isso que:

A *accountability* não afeta diretamente as práticas de ensino. Ela altera a estrutura de incentivos e, se funcionar, leva os responsáveis a oferecer educação a adotarem medidas que afetam diretamente o processo de ensino-aprendizagem: controle de faltas docentes, redução do tamanho das turmas, alteração do currículo, tutoria etc. (Fernandes; Gremaud, 2020, p 1129)

Deste modo, é importante considerar que a parte diversificada poderia ser trabalhada com aspectos da cultura local, da história regional e outras abordagens, entretanto, as escolhas feitas pelos gestores foram por projetos

ligados à lógica empresarial da educação e neste cenário, um dos grupos empresariais regionais que influenciam essa dinâmica é o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) a partir da Estratégia dos Territórios e do LÍDER, objetivando promover agendas de desenvolvimento local, tendo a educação enquanto um dos seus quatro eixos de discussão.

À vista disso, o município de Campos dos Goytacazes sediou em 2023 a primeira edição do fórum LÍDER Norte Fluminense, resultando em um documento analítico que enfatiza os baixos índices IDEB e estabelece objetivos, metas e estratégicas a serem cumpridos por todos os agentes e gestores públicos envolvidos na construção do fórum, orientando, deste modo, a implementação da educação empreendedora e da expansão da cultura empreendedora por meio da formação continuada para os docentes enquanto um caminho para solucionar os problemas.

Sendo assim, o fórum criado para que uma entidade de classe ligada ao setor empresarial e financeiro e a ideologia do empreendedorismo - que vem em sua nomenclatura – ao apresentar suas ideias para o desenvolvimento local tem influenciado na organização da educação pública municipal e colocando em diálogo com a perspectiva de Orlandi (2020), existe o intuito de formar os docentes, objetivando aumentar os índices IDEB e difundir a cultura empresarial e com isso os indivíduos são interpelados pela ideologia em sujeitos empreendedores. Suárez (1995) considera esses movimentos enquanto parte da guerra cultural de caráter global travada pela direita, uma vez que:

A elaboração e concretização de medidas efetivas e pontuais destinadas a transformar materialmente o aparato institucional da escola e sintonizá-la com o “novo” ordenamento político e econômico, exigem mudança cultural. Têm como condição de possibilidade e como ferramenta a dissolução de representações ancoradas no imaginário social acerca das vantagens conquistas, após anos de luta, pela democratização da vida social e política, e construídas historicamente em detrimento do interesse individualista, da competição do lucro indiscriminado [...] (Suárez, 1995, p 255)

Seguindo esta lógica, a gestão municipal da educação tem feito licitações e realizado contratos com empresas privadas para o fornecimento de materiais

didáticos, cursos de formação, capacitação, consultorias e aquisição de equipamentos tecnológicos como chromebooks e tablets. Um destes programas é o Menteinovadora, adquirido pelo valor de 4 milhões de reais em contrato com a empresa israelense Mind Lab (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2023), o mesmo trabalha o aprendizado por meio de jogos e o professor cumpre a função de mediador entre a técnica e o educando, corroborando com o que Saviani (2019) aborda acerca da presença das pedagogias de orientação tecnicistas nas práticas pedagógicas atuais.

O programa é um exemplo da padronização da educação, uma vez trás elementos da gamificação da educação enquanto um valor a ser assumido nas escolas e sistemas educacionais, além disso, os discursos dos gestores públicos municipais a respeito do tema ressaltam positivamente as ações estratégicas e os investimentos em educação, sobretudo em relação a da oferta dos jogos que trabalham as competências socioemocionais e das novas reorganizações no sistema municipal de educação com a finalidade de aumentar os índices do IDEB.

Além disso, é possível observar nos documentos e imagens a presença constante das palavras como “metas”, “eficiência”, “empreendedorismo” e “qualidade”, todas elas ligadas às ideologias e aos discursos neoliberais difundidos e naturalizados em toda a legislação e documentos orientadores da educação brasileira. Ao formular que as palavras não nos pertencem e que as mesmas significam pela história e pela língua, Orlandi (2020) introduz a ideia de interdiscurso e indica que os sujeitos são afetados pela memória, pela historicidade, pela ideologia e com isso seus discursos são carregados de memórias apagadas e ressignificadas constantemente no ato de sua constituição a partir da discursividade.

Na região, há 723 unidades escolares da rede pública, com proporção de 16 alunos para cada professor ativo, em média. A taxa de escolarização, de 0 a 14 anos, é de 98%, e a taxa de analfabetismo para a população com 15 anos ou mais é de 10%.

Com base nesse cenário, as aspirações estratégicas são:

- a região Norte Fluminense abrigará a melhor média do Ideb do estado do Rio;
- a Região Norte Fluminense será referência estadual em empreendedorismo na educação básica;
- cultura empreendedora local será reconhecida e incentivada;
- a Região Norte Fluminense irá liderar os índices de educação básica no estado do Rio;
- a educação infantil da região será fortalecida pela inserção de novas metodologias educacionais;
- a demanda local por profissionais qualificados será atendida por cursos profissionalizantes e de requalificação profissional.

Figura 1: Estratégias do Forum LÍDER para a educação – Fonte: Portal do SEBRAE. Brasi.

Reforçando esta tendência, a Lei no 8.343, de 09 de Maio de 2013, que ainda está em vigor, contribui para o aprofundamento desta lógica e para o processo de precarização do trabalho docente, dado que não permite vínculos estáveis dos profissionais da educação e nem a garantia a todos os direitos trabalhistas previstos em lei, entretanto, um dos caminhos para a solução do problema seria por meio da assinatura do termo de Ajustamento de Gestão (TAG), aprovado pelo Tribunal de Contas Estadual (TCE) em 2024, permitindo assim, a gestão municipal utilizar os recursos oriundos dos royalties de petróleo para o pagamento dos funcionários públicos e a realização de concursos públicos, o mesmo não ocorreu.

Com isso, podemos pontuar que os documentos analisados, se situam dentro de um contexto histórico onde os valores neoliberais estão em voga, sobretudo em um território que ao longo dos últimos anos está sendo reorganizado a partir de um compromisso das gestões municipais com os interesses das elites regionais e internacionais atreladas a chegada de Grandes

Investimentos como o Porto do Açu e as empresas petrolíferas, por outro lado, esses discursos silenciam a condição de pobreza e desigualdade social, que atinge 45 dos 55 mil educandos matriculados na rede pública de educação municipal (Ministério da Cidadania, 2024) e para além do Plano Municipal de Educação, não há menção nos outros documentos acerca do enfrentamento desta questão e da garantia de direito à cidadania plena e da inclusão social.

Por fim, há de se considerar, de acordo com a discussão bibliográfica, a busca por aumentar índices em testes padronizados e o estímulo à competição entre escolas e sistemas de ensino pode ampliar as desigualdades sociais já existentes entre regiões e classes sociais ao negar aos sujeitos a possibilidade de uma educação emancipatória e democrática.

Conclusão

A partir da pesquisa, foi possível concluir que os documentos como o Programa de Plano de Aprendizagem Eficiente, Plano de Recuperação da Aprendizagem, Programa Mente Inovadora e Fórum Líder em seu conteúdo incorporam o vocabulário e as ideologias empresariais, além disso, estas iniciativas dialogam com o contexto de instalações de Grandes Investimentos na região como a Petrobras, o Porto do Açu e toda cadeia logística delas decorrentes a fim de adequar a força de trabalho à novas atividades laborais e operações que precisará desempenhar de acordo com a demanda destes setores as suas necessidades de reprodução e acumulação flexível.

Deste modo, os documentos nos permitem compreender que há uma continuidade das mesmas políticas educacionais desde 2015, em sua maioria sob influência da ação orquestrada em escala global dos setores empresariais e a da lógica empreendedora, resultado na organização de um sistema municipal de ensino com alto grau de valorização dos índices educacionais, permeado por desigualdades sociais e marcado por uma lógica excludente, sendo assim, se faz necessário reafirmar a perspectiva de Paulo Freire (1996) acerca de um ensino que envolve múltiplos saberes, é construído democraticamente, onde educadores e educandos respeitem os saberes um dos outros e tenham

ousadia e rebeldia no dia a dia para construir novas possibilidades, indo além da perspectiva uniformizante imposta à educação brasileira ao longo dos últimos anos.

Referências

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2008.

CAMPOS dos Goytacazes aprova o programa Menteinovadora. Portal educador 360. Online. 14 Mai. 2024. Disponível em:
<https://educador360.com/pedagogico/campos-de-goytacazes-aprova-menteinovadora/>. Acesso em 20 mai. 2024. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Decreto Nº 065/2021.Aprova o Programa de Aprendizagem Eficiente. Diário Oficial. Edição 786. Campos, RJ, 2021, p. 1-2, 18 fev. 2021. Disponível em:
<https://fazenda.campos.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2021/06/18.02.2021.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Despesas por Órgão -Exercício 2023. Portal da Transparência. Campos, RJ, 2024. 24, jan. 2024. Disponível em: Página http://riodejaneiro1.dcfiorilli.com.br:8079/Transparencia/Default.aspx?AcessosIndividual=lnkDespesasPor_Orgao.Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Lei Municipal nº 8134/2009. Plano Municipal de Educação. Campos: Câmara Municipal de Campos, 2009. Disponível em:<https://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leismunicipais/eduacao/Lei-8.134.pdf>.Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Lei nº 8343, de 09 de Maio de 2013. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de professor substituto, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos inciso IX do art. 37 da constituição, e dá outras providências. Portal Leis Municipais. 09 mai. 2023. Disponível em: <http://leismunicipais.is/koiun>. Acesso em 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Pregão Eletrônico nº 056/2023. Diário Oficial. Campos, RJ, 2024. 24, jan. 2024. Disponível em:
<https://campos.rj.gov.br/app/assets/docs/licitacao/3/8975>.Acesso em 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Resolução Seduct nº 03 de 27 Março de 2024. Dispõe sobre a implantação das diretrizes do sistema de avaliação para os todos níveis e modalidades de ensino da rede municipal de educação de Campos dos

Goytacazes, a partir do ano letivo de 2024. Diário oficial. Edição 1593. Campos, RJ, 2024, 0. 9-14. 27 mar. 2024. Disponível em:
<https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/6471>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CAMPOS (RJ). Resolução CME nº 04/2020. Aprova o plano municipal de recomposição e recuperação de aprendizagens para o biênio 2022/2023 como mecanismo para diminuir os prejuízos causados pela pandemia à aprendizagem no desenvolvimento educacional de alunos da rede pública. Diário Oficial. Edição 1193, Campos, RJ, 2020, p. 3-4, 18 out. 2020. Disponível em:
<https://www.campos.rj.gov.br/app/assets/diario-oficial/link/5471>. Acesso em 9 jul. 2024.

CARIELLO, Lisia. Todos Pela Educação e Bolsonaro: a relação entre o Estado brasileiro e o Partido da Educação (2018-2021). **Revista Marx e o Marxismo—Revista do NIEP-Marx**, v. 9, n. 17, 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DALE, R. O marketing do mercado educacional e a polarização da educação. In: GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: crítica ao liberalismo em educação**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 129-158

DICIO. **Dicionário On-line de Português**. Disponível em:
<https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

Fórum Líder recebe representantes da região e secretário do Estado. Jornal Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes. 26 Abril. 2023. Disponível em:
<https://www.folha1.com.br/politica/2023/04/1290113-forum-lider-norte-fluminense-reune-prefeitos-da-regiao-em-campos.html>. Acesso em: 9 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia:saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 77-108.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. Editora Atlas SA, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos de Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, edição e tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, VOL, III, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,. 1989

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades**. 2024

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2017.

LAVAL. C.; DARDOT. P. **A Nova razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo. 2009.

MARTINS, Erika Moreira; KRAWCZYK, Nora Rut. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil** – da constituição ao golpe de 2016 .São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MIND LAB DO BRASIL. A Mind Lab. Institucional: O que é o programa menteinvadora. Portal Mind Lab, Online. 2024. Disponível: <https://mindlab.net/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

Ministério da Cidadania. Programa Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. 2024.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2020.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Autores Associados, 2019.

SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org.). Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TCE (Tribunal de Contas Estadual). TCE aprova Termo de Ajustamento de Gestão proposto por Campos dos Goytacazes. Portal TCE, online. 2024. Disponível em:

https://www.tce.rj.gov.br/portalnovo/noticia/tce_aprova_termo_de_ajustamento_de_gestao_proposto_por_campos. Acesso em: 9 ago. 2024.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (org.) **Pedagogia da exclusão: uma crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995. p. 109- 136.

Uso de Tecnologias Digitais nas escolas é uma realidade sem volta em Campos. Jornal Diário do NF. Campos dos Goytacazes. 1 Jun. 2024. Disponível em: <https://jornalodiarionf.com.br/uso-de-tecnologias-digitais-nas-escolas-e-uma-realidade-sem-volta-em-campos/>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SOBRENOME, Nome. Título: Subtítulo. **Nome da Revista**. Cidade, vol., n., p., mês/período. ano. Disponível em: Link. Acesso em dia, mês e ano.

Legislação (material impresso)

BRASIL. [Constituição (1988)]. 29. ed. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Edipro. Cambuci, São Paulo: Edipro, 2020. 384 p.

Legislação (online)

BRASIL. **Lei nº 9394, de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ofício circular 017/MEC**. Brasília, DF: Ministério da Educação [2006]. Assunto: FUNDEB. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/ofsmeincl.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2019.

Entrevista

FONTES, Virgínia. Entrevista: coronavírus e a crise do capital. **ANDES. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**. Brasília: ANDES-SN Online. Atualizado em 16 de Abril de 2020 às 18h18 <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/cORONAVIRUS-e-a-cRISE-dO-cAPITAL1>. Acesso em 18 abril de 2020.

Teses e Dissertações

ROCHA, Pedro Botelho. **Professores Youtubers e ensino de História**: saberes, práticas e narrativas na cultura digital. Orientadora: Juliana Alves de Andrade.

2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em:
<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/43660>. Acesso em: 27 jun.
2024.